

Rodrigues Sampaio na toponímia de Lisboa, Conferência apresentada por Ana Homem de Melo (CML/GEO)* – Recensão, por Rita Correia.

A investigadora iniciou a sua comunicação com algumas explicações sobre o aparecimento dos primeiros topónimos. Como explicou, num primeiro tempo, foi o improvisado inspirado pela natureza que comandou a apropriação do espaço e o seu posterior baptismo pelo povo que nele se instalou.

A partir do monte do castelo, Lisboa espalhou-se pelas colinas junto ao Tejo, num núcleo essencial que durante séculos não ultrapassava as Chagas a Oeste, o Vale de Pereiro a Norte, a Graça e Santa Apolónia a Este. Do lado Sul, o rio manteve-se indomável e limitou-se a espelhar a azáfama da conquista.

Dar um nome ao espaço, ao lugar, ao emaranhado de becos, travessa e ruelas que a construção vai delimitando decorre da própria natureza do Homem: ser social, logo comunicante. E são os acidentes do terreno, a presença de determinados equipamentos, a concentração de misteres ou a importância de um morador, entre outros acasos, que inspiram o povo, ora feito agente de uma Toponímia dita ingénua.

Desta miríade de topónimos, de que há notícia por via de numerosas fontes, desde esses tempos primordiais até ao século XVIII, ainda hoje subsistem muitos exemplos na Cidade: o “combro” (por Cômoro, elevação), o “chafariz”, ou o “forno”, “as trinas” (das freiras da Santíssima Trindade), “as adelas” (mulheres que vendiam roupas pelas ruas) ou “guarda-mor”, o conde barão ou o conde de Soure.

Ainda sobre a génese desta toponímia, Ana Homem de Melo (AHM) chamou a atenção para «a categoria de pessoas, ou aquilo a que tecnicamente chamamos antropónimos, [que] abarca ainda uma profusão de apelidos/nomes num “tu-cá-tu-lá” desconcertante: “rua do Ataíde” (elemento da família dos condes da Castanheira, que aqui residiam perto), rua do Teixeira (desconhecido para nós), rua de Vicente Borga (corruptela de Borchers, apelido alemão)». Exemplos, que a investigadora evocou «para chamar a atenção para o facto de, até ao período após o Terramoto de 1755, os antropónimos que vemos surgir na Cidade de Lisboa não terem outra origem que não a popular».

Mesmo nos casos excepcionais, como aquele ocorrido em 1665, em que o Senado da Câmara decidiu atribuir o nome do seu Presidente, Rui Fernandes de Almada, a um arruamento – como forma de manifestar o seu agradecimento pela concretização de uma ligação entre a zona ribeirinha junto do arsenal até ao alto de São Francisco –, «o antropónimo também é reduzido a um único apelido acompanhado pela preposição “do” que o arruma na categoria da intimidade de tratamento» – a Rua Nova do Almada.

* Conferência apresentada no âmbito do Ciclo de Colóquios **António Rodrigues Sampaio, Jornalista e Político**, 3º Colóquio: **Rodrigues Sampaio na memória olisiponense**, 1.ª Comunicação (23 de Novembro de 2006, Gabinete de Estudos Olisiponenses).

Com o Terramoto de 1755, Lisboa vive o seu momento mais trágico e, simultaneamente, a hipótese única, que por vezes advém dos cataclismos, de abrir uma nova página na sua história, de se reconstruir à luz de princípios e valores tidos como augúrios de uma nova época.

«Dos escombros da zona baixa da cidade, vemos surgir a edificação racional e planeada do período pombalino. A acompanhá-la, a toponímia é alvo do seu primeiro decreto régio. Datado de 5 de Novembro de 1760, este decreto vem pela primeira vez na história da toponímia lisboeta atribuir um conjunto de topónimos a um conjunto de arruamentos, hierarquizando-os, tal como em termos urbanísticos já tinha hierarquizado as novas ruas» Assim, sublinhou AHM, «alguns destes topónimos referem-se a pessoas, porém designando-as pelos seus títulos de nobreza, neste caso, os mais altos, já que homenageavam a Família Real: Rua Nova de El-Rei, Rua Augusta, Rua Bela da Rainha e Rua Nova da Princesa».

O reconhecimento da importância do acto de atribuir um nome, um topónimo, projectando no tempo e no espaço tudo aquilo a que é reconhecido valor e se pretende homenagear manterá, de futuro, essa competência sob a alçada do poder. Essa relação é tão forte que, olhando uma planta de Lisboa, não é muito difícil estabelecer a cronologia da sua expansão.

Depois de ultrapassadas as convulsões políticas da primeira metade do século XIX e estabelecido o regime parlamentar, Lisboa agita-se e discute a transformação do velho Passeio Público. Como AHM explicou «a ideia, que já vinha do século XVIII, de se alterar o seu traçado, quer derrubando os muros, quer abrindo-o por completo, regressa plena de vigor. Muitas foram as indecisões, as hesitações, as críticas, com os lisboetas a recolherem assinaturas contra o fim do setecentista Passeio».

Foi «graças à iniciativa de Rosa Araújo, então Presidente da Câmara, [que] as obras da Avenida começaram a 24 de Agosto de 1879», disse AHM, evocando uma notícia sobre a obra publicada, em 1885, no jornal *Ocidente*. A inauguração oficial verificar-se-ia no ano seguinte (1886).

A nova Avenida é agora o eixo do desenvolvimento de Lisboa. De facto, como AHM sublinhou «ainda antes do início das obras, mas já com a garantia de que esta se iria desenvolver naquela zona da Cidade, começam a aparecer empreendimentos privados: a Leste, o Bairro Camões, a Oeste, o Bairro Barata Salgueiro».

Referindo-se à imagem que reveste esta malha de arruamentos emergente, que estabelece a ligação entre a zona já edificada e a recém urbanizada, AHM disse que se torna «símbolo da novidade, do moderno, do *chic*, de toda uma classe empreendedora que habita em prédios de rendimento, próximos do centro e também do único *boulevard* que permitia, em Lisboa, uma ilusão de vida à francesa».

A toponímia local reflecte a presença desses dois momentos da história urbanística de Lisboa: a Sul, os topónimos são mais antigos e mais “ingénuos”,

produto da criatividade popular – Rua do Salitre, Largo da Anunciada, Rua dos Condes, Travessa da Glória, Rua da Conceição da Glória e Rua das Pretas, sendo quase todos destituídos de editais; já a Norte, dominam os antropónimos de figuras públicas do século XIX – homens de letras como Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco, Manuel de Jesus Coelho, e políticos como Anselmo José Braamcamp, Duque de Loulé, Duque de Palmela, Joaquim António de Aguiar, Mouzinho da Silveira, Rodrigo da Fonseca, Rosa Araújo e Rodrigues Sampaio – todos eles (incluindo a própria Avenida da Liberdade) atribuídos ainda em fase de construção, entre 1879 (a Avenida) e 1890 (a Rua Camilo Castelo Branco).

Concluiu-se, portanto, que a toponímia envolvente à Rua Rodrigues Sampaio é datada da segunda metade do século XIX, de natureza exclusivamente antroponímica e centrada em figuras gradas do regime constitucional.

É essa a grande tendência a partir do século XIX, a qual se arreigou na Cidade a ponto de ser, hoje, quase que a norma – a atribuição de nomes de figuras que se distinguiram nas mais variadas áreas da actividade humana, mas com um claro predomínio da classe política. Aspecto que não pode ser desligado do facto de ser essa classe que detém o poder de atribuir topónimos.

Não deixa, contudo, de surpreender o tom lacónico com que o Presidente Rosa Araújo propôs, em Sessão de Câmara, que “a nova rua paralela à Avenida da Liberdade, pelo lado oriental, se denomine Rua Rodrigues Sampaio” (Sessão de 31 de Dezembro de 1885).

Estranhando a parcimónia de palavras, AHM consultou as Actas das Sessões de Câmara que atribuíram os restantes nomes aqui referidos, tendo verificado que os discursos inflamados em honra dos heróis ou os pareceres técnicos com resumo biográfico justificativo, como é hoje uso, estão na maioria das vezes ausentes.

Segundo a investigadora, a justificação para essa economia de palavras está no facto de os homenageados serem conhecidos de todos quer pela sua proximidade temporal, quer pela sua projecção e visibilidade públicas. Funcionavam assim como modelos a seguir no prosseguimento da construção de uma nova mentalidade, baseada na cidadania, na liberdade individual, no primado da lei igual para todos. É por isso que eles foram homenageados junto à Avenida que recebeu o nome “Liberdade”, direito que sempre defenderam.

Rita Correia
(22/01/2007)